



Senado acompanhará debates sobre Previdência na Câmara



Jon. Souza/istockphoto

A reforma da Previdência é considerada prioritária para ajudar a equilibrar as finanças da União, de estados e municípios

O presidente da Casa, Davi Alcolumbre, informou que uma comissão de senadores vai monitorar as discussões de deputados sobre a reforma. Objetivo é acelerar a tramitação do texto

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, informou na sexta-feira que o Senado criará uma comissão especial para acompanhar na Câmara os debates sobre a reforma da Previdência. O objetivo é acelerar a tramitação do texto.

Segundo Davi, a proposta é prioritária neste início de legislatura para ajudar a equilibrar as contas da União, de estados e municípios, já que muitas unidades da Federação estão com problemas financeiros graves e chegam a atrasar a folha de pagamentos.

A ideia de criar a comissão de acompanhamento partiu do senador Tasso Jereissati.

Senadores de diversas legendas concordam com a necessidade da reforma previdenciária. Mas ainda não há consenso sobre os pontos que deverão ser mudados.

Parlamentares da oposição apontam riscos, como a perda de direitos, o fim do tratamento diferenciado para homens, mulheres e algumas categorias profissionais e a redução dos benefícios para a parcela mais carente da população. 3

Governo promete mudar rumos da educação brasileira

O presidente da República, Jair Bolsonaro, assumiu em janeiro com a proposta de mudar os rumos da educação no país. Uma das alterações defendidas é priorizar os investimentos em educação básica, transferindo para ela re-

ursos antes destinados às universidades públicas. Especialistas, porém, alertam para o risco de a mudança comprometer a pesquisa científica do país.

O governo também quer combater a discussão sobre gênero nas escolas. 4

Eliuz Ramos/Prefeitura de Contagem



Governo de Bolsonaro pretende investir mais em educação básica



Jefferson Rudy/Agência Senado

Bancada feminina no Senado quer atuar também em temas destinados a homens

Estratégia é ocupar mais espaços no Congresso, revelam senadoras

A bancada feminina no Senado terá 12 senadoras nesta legislatura, 14,8% do total de 81 cadeiras. Para fortalecer a participação das mulheres no Congresso, elas defendem a ocupação de lugares de destaque em lideranças e

comissões, por exemplo.

As senadoras também reivindicam a oportunidade de atuar em temas muitas vezes atribuídos somente aos homens, como economia, tributação e reforma previdenciária. 3

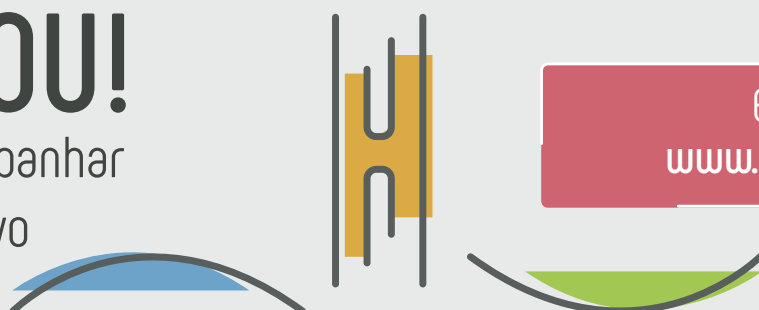
Davi Alcolumbre encaminha pedido de investigação 2

Diretor da IFI fala do quadro fiscal do país em Lisboa 3

Texto muda critério para julgar crimes ambientais 2

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou



Marcos Oliveira/Agência Senado

Soraya, Rose, Selma, Maria do Carmo, Mara, Zenaide, Simone, Daniella, Leila e Mailza integram a bancada

Senadoras querem espaços de destaque no Congresso

Ocupação de posições em lideranças e comissões e atuação em temas atribuídos a homens podem ser caminho para fortalecer participação da bancada feminina no Legislativo, avaliam parlamentares

A BANCADA FEMININA no Senado terá 12 senadoras nesta legislatura, 14,8% do total de 81 cadeiras. O percentual está bem abaixo da proporção de mulheres na população brasileira, em que elas são mais da metade. Algumas senadoras defendem que o caminho para fortalecer a participação das mulheres no Congresso é a ocupação de lugares de destaque e a atuação em temas atribuídos aos homens.

Para Eliziane Gama (PPS-MA), é preciso lembrar que na Câmara dos Deputados o percentual de mulheres foi ampliado de 9% para 15%, um sinal de que é possível aumentar a participação feminina na política.

— É importante fazer funcionar as estruturas que temos de participação das mulheres, por exemplo, em lideranças e em comissões — avalia a senadora.

Para Eliziane, é preciso avançar em pautas como a criação de cotas nas candidaturas ao Senado, tema de projeto apresentado por ela quando deputada federal.

Além das pautas tradicionalmente ligadas à mulher, Zenaide Maia (Pros-RN) concorda que é preciso ampliar a participação em comissões e em discussões sobre economia, tributação e reformas como a da Previdência.

Para Daniella Ribeiro (PP-PB), primeira senadora eleita pela Paraíba, as mulheres já exercem a política em várias instâncias, só precisam se conscientizar dessa capacidade de atuar na vida pública.

Também primeira mulher eleita pelo Distrito Federal, Leila Barros (PSB-DF) defende a união das bancadas femininas no Senado e na Câmara para garantir maior representação

das mulheres na política e avanços em outras áreas, como o combate à violência.

Advogada na área de direito de família, Soraya Thronicke (PSL-MS) disse conhecer de perto a realidade de mulheres que sofrem violência doméstica. Para ela, as leis brasileiras garantem a proteção, mas muitas vezes não há efetividade na aplicação, em especial de medidas protetivas.

Além das senadoras já citadas, todas no início dos mandatos, tomaram posse em 2019 Mara Gabrielli (PSDB-SP) e Selma Arruda (PSL-MT). Continuam nos mandatos iniciados em 2015 Simone Tebet (MDB-MS), Kátia Abreu (PDT-TO), Rose de Freitas (Pode-ES) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Já a senadora Mailza Gomes (PP-AC) assumiu a vaga deixada por Gladson Cameli, eleito governador do Acre em 2018.

Davi pede a corregedor que investigue suposta fraude

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, encaminhou na sexta-feira ao corregedor da Casa, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), requerimento de investigação da suposta fraude ocorrida durante a eleição para a Presidência do Senado, em 2 de fevereiro. Na primeira votação, que foi cancelada,

foram contadas 82 cédulas, sendo que a Casa é composta por 81 parlamentares.

— Que a gente possa dar uma resposta para a sociedade brasileira em relação a uma votação tão importante — disse.

O presidente lembrou que os senadores Major Olímpio (PSL-SP), Fernando Bezerra

(MDB-PE) e José Maranhão (MDB-PB) pediram a investigação. A polícia legislativa recolheu as imagens feitas no dia e o HD com a gravação foi entregue ao corregedor. Não há prazo para que a investigação seja concluída, mas o mandato de Roberto Rocha como corregedor termina em junho.

Punição de crimes ambientais poderá considerar antecedentes de empresas

O passado de uma empresa poderá ser determinante em um julgamento por crimes ambientais. É o que determina projeto de Styvenson Valentim (Pode-RN).

O PL 553/2019 acrescenta na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998) a consideração sobre os antecedentes da empresa que estiver sendo autuada.

Segundo o senador, atualmente os juízes têm que

usar critérios subjetivos, como se a empresa foi atenta com questões ambientais e a segurança.

Para Styvenson, a falta de critérios objetivos leva as mineradoras a não se preocuparem muito com as consequências de seus atos em relação ao meio ambiente.

O texto foi lido na quinta-feira e encaminhado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Confúcio Moura defende a unificação das leis sobre mineração para evitar desastres

Confúcio Moura (MDB-RO) lamentou que desastres como o rompimento da barragem em Brumadinho (MG) ainda se repitam e fez um apelo para que a tragédia não caia no esquecimento. Para o senador, o primeiro passo para enfrentar problemas como o da Vale é unificar as leis que tratam da



Edilson Rodrigues/Agência Senado

mineração. — É necessário que haja uma padronização legal para esse inferno que é o mundo das mineradoras brasileiras.

Ele lembrou que a exploração mineral é importante, porque gera empregos e divisas com a exportação. Mas faltam fiscalização e controle.

Brasil precisa de práticas de boa gestão e de reforma do Estado, afirma Izalci Lucas

Izalci Lucas (PSDB-DF) disse que o Brasil precisa de práticas de boa gestão e de uma reforma da máquina administrativa do Estado. O senador ressaltou também que é preciso trabalhar a reforma da Previdência.

— O nosso país precisa de uma reforma do Estado. Sem-



Edilson Rodrigues/Agência Senado

pre fui muito rigoroso na minha formação, no meu escritório de contabilidade. Sempre exigi que os meus clientes pagassem tudo corretamente, que fizessem a coisa perfeita. Aí, quando a gente tem a oportunidade de ver como é feita a gestão pública dos gastos, a gente fica estarelecido.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCS Primeira reunião do Conselho de Comunicação Social

10h Entre 5 itens, a agenda do colegiado para 2019.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado deve acompanhar debates sobre Previdência

Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, informou que, para acelerar a tramitação da reforma, considerada prioridade, será formada uma comissão da Casa para monitorar debates dos deputados

O SENADO VAI acompanhar a tramitação da proposta de reforma da Previdência que começará a ser analisada na Câmara dos Deputados. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, informou que, por sugestão de Tasso Jereissati (PSDB-CE), uma comissão especial de senadores será formada para fazer o monitoramento.

De acordo com Davi, a reforma é urgente e será prioridade no início desta legislatura, pois a aprovação vai ajudar estados e municípios a equilibrar suas finanças. Muitos deles, lembrou, passam por dificuldades e têm até atrasado a folha de pagamentos.

— A gente tem que votar, tem que discutir essa proposta. O Brasil não resiste a mais dois anos [sem a reforma]. Senão, os estados vão quebrar, os municípios já estão quebrados. Está todo mundo navegando dentro deste navio que é o Brasil. Precisamos resgatar este navio — declarou.

Repercussão

A proposta de reforma ainda não é consenso entre os senadores. Para Marcelo Castro (MDB-PI), trata-se da mais importante das reformas, que só é necessária “por uma boa causa, já que estamos vivendo mais”.

Nelsinho Trad (PSD-MS) aponta a reforma da Previdência como a mais urgente para o país. Segundo ele, o novo sistema previdenciário pode ter grande repercussão



Marcos Oliveira/Agência Senado — 6/2/2019

Para Davi, a reforma da Previdência é prioritária no início da legislatura

na área econômica e a comissão a ser criada deve acelerar a tramitação da proposta no Congresso.

Angelo Coronel (PSD-BA) defende o debate sobre a reforma e aponta que algumas categorias — como a dos trabalhadores rurais e a dos policiais — precisam ter tratamento diferenciado nas mudanças.

Para Humberto Costa (PT-PE), é importante propor alternativas que não prejudiquem a parcela mais carente da população. Ele considera um “procedimento adequado” criar a comissão sugerida por Tasso e lembra que há um rito previsto no regimento de cada Casa.

— No momento em que a proposta chegar, nós poderemos debater e trocar ideias. Vamos reunir os parlamentares e os governadores para discutir — disse Humberto.

Paulo Paim (PT-RS) revelou ter receio das mudanças que ainda serão propostas, princi-

palmente com a possibilidade de o aposentado receber um valor menor que um salário mínimo.

A senadora Eliziane Gama (PPS-MA) afirmou que entende a importância da reforma, mas disse esperar que não haja um peso sobre as minorias.

— A reforma previdenciária é prioridade. No entanto, não dá para comparar o trabalhador urbano com o rural — alertou a senadora, defendendo ainda que as mulheres tenham um tratamento diferenciado.

PEC

Por se tratar de proposta de emenda à Constituição (PEC), a reforma da Previdência precisa do apoio mínimo de três quintos dos parlamentares: 308 dos 513 deputados e 49 dos 81 senadores. Se a proposta for aprovada em dois turnos na Câmara, segue para o Senado, onde também será submetida a dois turnos de votação.

Senado poderá ter Comissão de Segurança Pública

A exemplo do que ocorre na Câmara dos Deputados, o Senado poderá ter em breve uma comissão específica para tratar de assuntos relacionados à segurança pública. A proposta está contida no Projeto de Resolução 39/2018, do senador Elmano Férrer (Pode-PI). O texto foi apresentado no ano passado, mas agora o parlamentar acredita que a proposição tem mais chance de ir adiante, com a chegada de novos senadores.

— O ambiente é favorável e estou otimista, pois o tema é uma das prioridades do Poder Executivo e de muitos parlamentares que iniciaram esta legislatura. Vejo aí uma convergência para criação dessa nova comissão — disse, adiantando que pretende

conversar nos próximos dias com o presidente Davi Alcolumbre sobre o assunto.

Conforme a proposta, a Comissão de Segurança Pública teria 17 integrantes. Além de atuar em questões referentes aos direitos penal, processual penal e penitenciário, o colegiado deverá tratar de temas relacionados aos corpos de bombeiros militares e às polícias civil, militar, federal, rodoviária federal e ferroviária federal, marítima, aeroportuária e de fronteiras.

O senador argumenta que a segurança pública está entre as maiores preocupações dos brasileiros e, conforme uma avaliação realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2016, trata-se do segundo serviço

público mais mal avaliado pela população, com apenas 22% de aprovação, ficando atrás apenas da saúde.

O parlamentar destaca ainda o fato de o Brasil apresentar o maior número absoluto de homicídios do mundo, com mais de 60 mil assassinatos por ano, superando em muito outras nações em desenvolvimento.

Ainda conforme Elmano, um colegiado específico desafogaria a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que possui um grande rol de competências e ainda tem de enfrentar a temática relativa a segurança pública, polícias e assuntos correlatos.

O projeto está na CCJ, onde aguarda designação de relator.

Salto diz em Lisboa que crise obriga revisão de gasto público

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto, participou na semana passada de evento anual promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com instituições fiscais e orçamentárias de todo o mundo.

Realizado em Lisboa de 3 a 5 de fevereiro, o 11º Encontro Anual dos Escritórios Parlamentares de Orçamento e Instituições Fiscais Independentes ocorreu no Parlamento português. Representantes de cerca de 40 países participaram do encontro, como Coreia do Sul, Alemanha, Argentina, Peru, Austrália, Estados Unidos, Reino Unido e outros. Todos os países participantes do encontro têm suas próprias instituições fiscais independentes. Salto explicou que a troca de informações, experiências e contatos institucionais entre países e instituições é um dos principais objetivos desses encontros anuais.

Ele relatou no encontro que o atual quadro fiscal brasileiro é complexo e demanda mudanças significativas, sobretudo nos chamados gastos públicos obrigatórios.

— Levamos para discussão

uma visão a respeito da crise fiscal da economia brasileira e como a IFI pode colaborar com seus estudos e avaliações para ajudar o país a resolver o problema fiscal, o problema da dívida pública, a questão da transparência — disse Salto.

Segundo ele, a dívida pública brasileira já está próxima de 80% do PIB e pode colocar em risco a recuperação econômica. Para Salto, as instituições fiscais independentes podem ajudar os governos produzindo análises, dados e informações que levem a melhores condutas fiscais e a mais disciplina na gestão das contas públicas.

O diretor-executivo da IFI afirmou que, em Portugal, foram debatidos ainda temas como projeções econômicas de longo prazo, relação das instituições fiscais com outros setores do governo, importância da comunicação dos trabalhos dessas entidades, inclusive em redes sociais, evolução institucional fiscal dos países europeus e novas instituições criadas.

Ele informou ainda que convidou a presidente do Conselho das Finanças Públicas de Portugal, Teodora Cardoso, para participar de evento que a IFI promoverá este ano.



Representantes de instituições fiscais de 40 países posam em Lisboa

Capitalização da Previdência é inviável, alerta Paulo Paim

A possibilidade de o governo federal apresentar uma proposta que sugira a adoção de um sistema de capitalização da Previdência preocupa Paulo Paim (PT-RS). Na sexta-feira, o senador alertou, em discurso em Plenário, para a inviabilidade desse método de poupança. Para ele, trata-se de privatização da Previdência, em que cada um contribui da forma que pode, colocando em risco até mesmo os beneficiários do atual sistema. Segundo ele, outros países que adotaram essas regras, como o Chile, começam a rever sua eficácia.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Desigualdade social é o grande problema do Brasil, avalia Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) destacou, em discurso na sexta-feira, a desigualdade social como um dos maiores problemas do país. Para o senador, não faz sentido um país tão rico quanto o Brasil, oitava maior economia do mundo, ter um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tão baixo, menor do que México e Venezuela.

Ele observou que os brasileiros mais ricos têm maior representatividade com os Poderes de Estado, o que resulta em benefícios específicos para esse segmento limitado e prejuízos à grande massa.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Governo defende novos rumos para educação

Da creche à universidade, especialistas defendem mudanças no sistema educacional do país para reduzir a evasão escolar e garantir ensino de qualidade ao estudante



A EDUCAÇÃO É um dos principais desafios no novo governo: o país se resente de uma política educacional de qualidade, capaz de levar os estudantes a níveis maiores de conhecimento e a melhores oportunidades. Aliada a isso, há uma questão de ordem política que envolve o setor. Se cumpridas as propostas feitas durante a campanha eleitoral, o mandato do presidente Jair Bolsonaro deverá ser marcado por pautas mais conservadoras, como o combate à “doutrinação de esquerda” e vetos ao debate sobre gênero nas escolas.

Segundo avaliação feita pela Comissão de Educação (CE), no fim do ano passado, a educação infantil está estagnada e deverá adotar um novo modelo de gestão institucional para que as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) sejam alcançadas. A comissão encaminhou um relatório ao governo federal e ao Ministério Público da União.

Outro objetivo para a área da educação é pautar a política educacional segundo diretrizes de mercado. De acordo com o plano de governo de Bolsonaro, a pirâmide de investimentos será invertida, transferindo recursos da educação superior para a básica (ensino infantil, fundamental e médio).

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, sinalizou os caminhos que deve seguir no comando da pasta, como o Escola Sem Partido, o combate ao que chama de ideologia de gênero e a valorização dos profissionais da área. O ministro indicou ainda que a política educacional dará mais autonomia a estados e municípios.

No discurso de posse no dia 2 de janeiro, Rodríguez disse que vai “trabalhar na formulação de políticas públicas que sejam eficazes para combate ao analfabetismo, ampliação das creches e da pré-escola, gestão e funcionamento das escolas, ingresso e conclusão dos estudantes na idade certa, inovação com mídias e tecnologias e pesquisas que efetivamente subsidiem essas políticas”.

A proposta de Bolsonaro em defesa de mais autonomia a estados e municípios na definição de metas e prioridades na educação reafirma a ideia de investir em privatizações.



Jonas Pereira/Agência Senado

Um dos objetivos do governo federal é aumentar investimentos nos ensinos fundamental e médio. Iniciativa preocupa o setor de pesquisa

Uma das mudanças propostas pelo novo governo é a criação do “voucher educação”, que determina a distribuição de vales para as famílias matricularem seus filhos no colégio privado que escolherem.

O modelo tem como entusiastas o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, Salim Mattar. Ambos defendem que, com maior participação de instituições privadas, será economizado dinheiro com a manutenção de escolas e a folha de pagamento dos professores.

Investimentos

Segundo estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — foro composto por 35 países que mantêm parceria com o Ministério da Educação para a promoção de políticas públicas com foco na melhoria da educação —, o Brasil gasta três vezes mais com estudantes universitários do que com alunos dos ensinos fundamental e médio. Contudo, a proposta de transferir os investimentos do ensino superior para o ensino básico pode comprometer as pesquisas que o Brasil faz, tanto no país, como mundo afora.

A produção científica brasileira é feita, quase exclusivamente, dentro das instituições públicas de ensino. Mas, nos últimos anos, a crise econômica e os cortes orçamentários impactaram os investimentos do governo federal

em educação e ciência. A Associação dos Reitores das Universidades Federais reclama da falta de verbas para o setor. Sem dinheiro, as 68 instituições públicas de ensino superior têm sido obrigadas a cancelar serviços, demitir funcionários e cortar verbas para pesquisas científicas.

Na Universidade de Brasília (UnB), a situação só não é pior porque a instituição conta com recursos próprios para o financiamento de atividades, explica a reitora da universidade, Márcia Abrahão.

— Nós abrimos todos os contratos. Alguns que tinham problemas nós auditamos, alguns foram suspensos, e mexemos em todas as despesas, inclusive as pequenas, como o celular institucional — afirmou.

Porém, sem crescimento na arrecadação e com o teto de gastos públicos no Orçamento, não há previsão de retomada dos investimentos. Para o Ministério da Educação, uma das saídas está nas parcerias com a iniciativa privada em busca de novos recursos, como destaca o coordenador-geral de Planejamento e Orçamento das Instituições Federais de Ensino, Weber Gomes.

— Essa situação abre uma oportunidade de a sociedade debater, realmente, uma aproximação maior do setor produtivo com as instituições públicas de ensino superior.

Modelos

Uma medida avaliada é a cobrança de mensalidade em universidades públicas. Pela proposta, os mais ricos pagariam para estudar. Os recursos gerados por eles serviriam de subsídio para financiar o estudo dos mais pobres. Não há definição sobre as faixas de renda que seriam beneficiadas pela isenção da mensalidade.

Para mexer nas universidades, o governo depende da aprovação, pelos parlamentares, de alterações na Constituição. A gratuidade está prevista em todos os níveis do ensino público e as cotas são garantidas por lei federal de 2012.

Para a educação básica, que vai da educação infantil ao ensino médio,

o governo defende reformas que visam combater a grande evasão escolar registrada no ensino brasileiro. Segundo o Ministério da Educação, cerca de 20% dos alunos que concluem o ensino fundamental não se matriculam no ensino médio.

A principal fonte de verbas para as redes públicas de ensino no país é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Criado em 2007, ele expira em 2020. Aprovar a renovação desse fundo é considerado fundamental para que os recursos das escolas públicas sejam mais bem distribuídos. O aperfeiçoamento dessa política poderá ser feito por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 15/2015, na Câmara dos Deputados.

Enem

Outra proposta do governo é mexer no órgão vinculado ao Ministério da Educação que elabora as provas do Enem, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Bolsonaro criticou questões apresentadas no último exame e prometeu fazer mudanças nas provas. Em seu blog, o ministro Vélez Rodríguez já revelou alinhamento às críticas ao Enem, que ele qualifica como um “instrumento de ideologização para auferir a capacidade dos jovens no sistema de ensino”.

O Inep só prevê mudanças no exame a partir de 2021, depois da aplicação das novas diretrizes do ensino médio. Atualmente as provas são elaboradas por uma comissão independente de professores e passam por um rígido e sigiloso processo de revisão, seguindo as matrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2018. Bolsonaro quer que elas sejam avaliadas antecipadamente.

O presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, disse que o instituto vai discutir a possibilidade da avaliação das questões pelo presidente da República antes de as provas serem aplicadas. Ele informou que o assunto será conversado dentro dos aspectos legais.

Metas para os primeiros 100 dias

Das 35 metas prioritárias para os primeiros 100 dias de governo, apresentadas pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, quatro projetos envolvem a área educacional

Alfabetização Acima de Tudo

Lançamento de um programa nacional de definição de soluções didáticas e pedagógicas para alfabetização, com a proposição de método para redução do analfabetismo a partir de evidências científicas

Programa Ciência na Escola

Promover interação entre universidades e a rede de escolas públicas para o ensino de ciências

Educação domiciliar

Regulamentar, por meio de medida provisória, o direito à educação domiciliar, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o governo, 31 mil famílias utilizam esse modo de aprendizagem

Programa Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania

Elaborar e disseminar agenda de promoção da ética e da cidadania a ser adotada por escolas no âmbito da sala de aula